

Formação em ensino superior e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão narrativa da literatura

Higher education training and inclusion of students with Autism Spectrum Disorder: a narrative literature review

Formación e inclusión en la educación superior de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista: una revisión narrativa de la literatura

Sarah Maria Cabral Nascimento¹, Caio Livio Kador e Silva², Camila Silveira Silva Teixeira¹.

RESUMO

Objetivo: Compreender o processo de inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior. **Revisão Bibliográfica:** De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2016 apenas 0,45% do total de 8 milhões de matrículas no ensino superior são de alunos com deficiência. Assim, quando o objetivo é trazer inclusão para os alunos nas instituições de ensino superior, algumas medidas devem ser adotadas no meio acadêmico, sendo a primeira delas é a adaptação do espaço físico para os alunos autistas. Além disso, as instituições devem alinhar as metodologias aplicadas aos alunos, para que os mesmo consigam seguir uma rotina, já que isso é tão importante para o autista. Ademais, percebe se a necessidade de implementar a formação pedagógicas desses profissionais que iram ter contato com alunos com autismo. Com o objetivo de levar em consideração as dificuldades e necessidades apresentadas pelos alunos, mas sem colocar de lado o rigor acadêmico. **Considerações finais:** Com isso, é necessário que as instituições de ensino superior de preparem para receber pessoas com autismo, desde a parte de estruturação física até a capacitação dos profissionais para que estejam capacitados para receberem os alunos.

Palavras-chave: Universidades, Transtorno do Espectro Autista, Inclusão Educacional.

ABSTRACT

Objective: To understand the process of inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in higher education. **Review Bibliographic:** According to data from the 2016 Higher Education Census, only 0.45% of the total of 8 million enrollments in higher education are students with disabilities. Thus, when the objective is to bring inclusion to students in higher education institutions, some measures must be adopted in the academic environment, the first of which is the adaptation of the physical space for autistic students. In addition, institutions must align the methodologies applied to students, so that they can follow a routine, since this is so important for the autistic. In addition, it is perceived the need to implement the pedagogical training of these professionals who will have contact with students with autism. With the objective of taking into account the difficulties and needs presented by the students, but without putting aside academic rigor. **Considerations Final:** With this, it is necessary for higher education institutions to prepare to receive people with autism, from the physical structuring part to the training of professionals so that they are able to receive students.

Keywords: Universities, Autism Spectrum Disorder, Educational Inclusion.

¹ Faculdade Santo Agostinho (FASA), Vitória da Conquista – BA.

² Centro Universitário Governador Ozanam Coelho, Ubá-MG.

RESUMEN

Objetivo: Comprender el proceso de inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la educación superior. **Reseña Bibliográfica:** Según datos del Censo de Educación Superior 2016, solo el 0,45% del total de 8 millones de matrículas en educación superior son estudiantes con discapacidad. Así, cuando el objetivo es llevar la inclusión de los estudiantes a las instituciones de educación superior, se deben adoptar algunas medidas en el ambiente académico, la primera de las cuales es la adecuación del espacio físico para los estudiantes autistas. Además, las instituciones deben alinear las metodologías aplicadas a los estudiantes, para que puedan seguir una rutina, ya que esto es tan importante para los autistas. Además, se percibe la necesidad de implementar la formación pedagógica de estos profesionales que tendrán contacto con alumnos con autismo. Con el objetivo de tener en cuenta las dificultades y necesidades que presentan los alumnos, pero sin dejar de lado el rigor académico. **Consideraciones finales:** Con esto, es necesario que las instituciones de educación superior se preparen para recibir a las personas con autismo, desde la parte de estructuración física hasta la formación de profesionales para que estén en condiciones de recibir a los estudiantes.

Palabras clave: Universidades, Trastorno del Espectro Autista, Inclusión Educativa.

INTRODUÇÃO

A educação de forma inclusiva é uma temática estudada amplamente na atualidade por pesquisadores de diversos campos, pois ela estimula o profissional a propor uma educação de qualidade e de equidade. A mediação pedagógica para inclusão do aluno diagnosticado com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma das grandes questões de debates global (BEZERRA MF e PANTONI RP, 2022).

O psiquiatra suíço Eugen Bleuler utilizou a expressão “Autismo” pela primeira vez em 1911, com o intuito de nomear a perda do contato com a realidade externa, levando a uma grande dificuldade de se comunicar (FREITAS ACBU, et al., 2022). Ao indivíduo que apresenta as características de padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades e déficits na comunicação social e na interação social em diferentes contextos é designado a ele o termo TEA (VIANA ACV, et al., 2020).

Os sintomas do TEA podem se apresentar desde a infância e podem limitar ou prejudicar o desenvolvimento e execução das atividades cotidianas do indivíduo, variando também conforme suas características individuais e o ambiente em que vive. De acordo com a qualidade do suporte pedagógico que recebe, da atenção e estímulo, influenciando diretamente na manifestação deste transtorno, que pode variar do nível mais leve ao mais intenso de acordo com a realidade de cada um (SANTOS SO, 2021).

O Transtorno do Espectro Autista perpetua-se ao longo das décadas como um dos grandes desafios enfrentado pelos médicos para realizar o diagnóstico e propor a melhor opção terapêutica. A investigação diagnóstica inicia-se de maneira fundamental na escola, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É o meio no qual a criança vai adaptar-se e conhecer às regras do ambiente social, o que é muito difícil para um autista, principalmente ao ingressar na escola regular. Sendo assim, os professores e a escola como um todo passam a encarar essas dificuldades rotineiramente. A adaptação do currículo é uma maneira de melhorar a promoção de aprendizagem e promover a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança (OLIVEIRA FL, 2020; CUMIM J e MÄDER BJ, 2020).

Desenvolver uma nova proposta curricular não é a intenção, mas para que o acesso ao ensino regular seja efetivo é necessário viabilizar um currículo passível de flexibilização e ampliação, alterável e com dinâmica, para que atenda realmente a todos os estudantes. Sendo assim, a disponibilidade do profissional e recursos na instituição são fundamentais e contribuem para que sejam planejadas as ações pedagógicas (SILVA TC, et al., 2021). O acesso à educação no ensino superior no Brasil em um contexto histórico foi bastante limitado e restrito a um determinado grupo social. As pessoas com TEA, por muito tempo, não possuíam garantias legais de acesso e permanência nas instituições de educação básica, tampouco ao

ensino superior, por não conseguirem se adequar às normas e às condutas homogêneas desenvolvidas nesses ambientes educativos (BARQUERO DD, 2019).

A transição para o ensino superior é estressante para qualquer estudante. Porém, o processo é amplificado para as pessoas com TEA por conta das deficiências nas habilidades de comunicação social. Muitos autistas, alvo de *bullying*, desejam a invisibilidade e outros são invisíveis para seus colegas e docentes: apesar das limitações impostas pelo transtorno, suas Necessidades Educacionais Especiais (NEE) passam despercebidas durante sua vida acadêmica. (MORETT FA e HÜBNER MMC, 2017; AGUILAR CPC e RAULI PF, 2020).

Tendo em vista que não necessariamente apenas o ingresso de discentes com autismo no ensino superior garante sua inclusão nesse espaço, que é historicamente excludente, às adequações pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais no âmbito universitário não garante que a inclusão efetivamente contemple esses sujeitos a fim de garantir seus direitos (MARTÍNEZ MM, et al., 2020; VIANA ACV, et al., 2020).

Assim, esse constructo tem como objetivo compreender o processo de inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Transtorno do Espectro Autista

Por não serem aceitas socialmente, na antiguidade era comum ações de extermínio e abandono de pessoas com deficiência. Ainda hoje há a perpetuação da exclusão de pessoas com autismo, por serem consideradas erroneamente como deficientes. Posteriormente, houve o fortalecimento dos ideais e doutrinas criados e defendidos por um amplo espectro religioso durante a Idade Média, sobretudo pela Igreja Católica, as pessoas com autismo passaram a ser consideradas indivíduos cristãos, com alma, não podendo mais ser sacrificadas (ARAÚJO LMM, et al., 2022).

Nesse contexto, várias formas de tratamentos, muitas vezes dolorosos e torturantes, direcionados às pessoas com deficiência vieram a existir na tentativa de melhorar/reverter o quadro. Aos poucos, os maus tratos cometidos na idade antiga foram sendo substituídos por sentimentos de benevolência, condolência e assistencialismo. Nesse período, grandes pesquisadores da área da época como o pioneiro Leo Kanner, defendiam que a origem de crianças com autismo estaria relacionada à criação delas por mães que eram afetivamente frias e por isso, eles acreditavam que o isolamento social poderia reverter o quadro diagnóstico (LAZZARINI FS e ELIAS NC, 2022; MARTÍNEZ MM, et al., 2020; VIANA ACV, et al., 2020).

Até o período da Contemporaneidade, com o avanço da ciência e dos estudos na área da saúde a perspectiva de marginalizar e excluir permaneceu em vigor, mas nessa época o interesse na temática da deficiência aumentou e, com isso, surgiu o objetivo de “reabilitar” as pessoas com autismo para o convívio em sociedade. Entretanto, somente no final dos anos 2000, ocorreu uma mudança de paradigma e de compreensão sobre o TEA. Nessa época, surgiu uma nova visão sobre as pessoas no espectro uma vez que até então, o autismo era considerado como problema intrínseco a pessoa e, atualmente, compreende-se como resultado da interação dela com o meio (CÔRTEZ MSM e ALBUQUERQUE AR, 2020).

Percebeu-se que não se fazia necessária a “reabilitação” da pessoa com autismo ou realização da tentativa de modificação comportamentos que fazem parte do seu quadro diagnóstico, e sim, buscar compreendê-lo e fazer adequações no meio em que ela está inserida, através do rompimento de barreiras atitudinais ainda enraizadas na sociedade atual. Assim, diante dessa breve retrospectiva acerca do histórico das pessoas com autismo, verifica-se que a visão da sociedade sobre as pessoas deficientes e especificamente no espectro é marcada por bastante preconceito, bem como pelo paradigma da incapacidade e reabilitação (BARBOSA FA e SOUZA IRCS, 2019). O TEA é um transtorno de origem neurológica em que pode ser caracterizado por problemas na comunicação como, por exemplo, linguagem própria do autista, ausência de fala ou dificuldade de fala. A interação social varia muito, mas muitas crianças preferem brincar sozinhas ou com alguém próximo

da família, além de apresentarem comportamentos e interesses de atividades repetitivas. Além disso, o TEA é um transtorno que é permanente e não tem cura. Ademais, o desempenho na escola varia muito em relação ao nível do acometimento do transtorno. Em que os casos em que o nível é mais grave, a criança pode apresentar retardo no desenvolvimento e ser totalmente dependente de ajuda nas atividades de vida diária. Já as crianças que apresentam o autismo leve ou apenas traços do autismo conseguem se desenvolver muito bem na escola e chegam ao ensino superior (FEIFER GP, et al., 2020; OLIVEIRA EM, et al., 2019).

Estratégias para promover inclusão do aluno com TEA

Na atualidade, a lei assegura e estabelece o direito aos alunos com TEA de acesso a rede regular de ensino, além do direito a métodos e recursos educativos que sejam específicos para atender as suas necessidades. São fundamentais a criação de zonas de desenvolvimento proximal como estratégias de mediação pedagógica que devem se orientar-se para o futuro, investindo em aprendizagens que, embora não estejam consolidadas, estão em processo de maturação. O professor deve considerar a especificidade da pessoa com autismo, investir nas potencialidades e nas suas possibilidades de interação para gerar inclusão e potencializar a constituição como ser social, membro de uma determinada cultura com o direito de acesso ao patrimônio cultural produzido nesse âmbito (PINTO RZ, et al., 2022; MAIA J, et al., 2020).

A inclusão na educação para autistas requer, inicialmente, uma habilidade cuidadosa de avaliação da situação contextual com possíveis questionamentos: “quem é o indivíduo? quais os seus vínculos? quais os pontos de partida para um trabalho pedagógico?”. Tais perguntas permitem um levantamento de possibilidades que considera o que falta e o que o sujeito possui. Por conseguinte, após a identificação, são desenvolvidas estratégias plurais, a fim de se adquirir as habilidades básicas de desenvolvimento, porque os objetivos de trabalho com o aluno devem ser definidos tomando o aluno como parâmetro de si mesmo (RAMOS PCS e FERREIRA MLS, 2019; FEIFER GP, et al., 2020; OLIVEIRA EM, et al., 2019).

É preciso ter em mente também que ensinar não é somente transferência de conhecimentos acadêmicos, é possibilitar a criação para a sua produção ou construção. A pedagogia elaborada por Paulo Freire está diretamente relacionada a essa questão, pois ele afirma que ensinar é aprender com quem aprende, ou seja, o ensinamento é uma troca e não uma transferência. Além disso, ensinar exige do professor risco, aceitação daquilo que é novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, pois a prática discriminatória nega a democracia, um dos pilares da educação inclusiva (MAIA J, et al., 2020).

Para muitos estudantes portadores do espectro, é difícil lidar com as demandas da universidade, por mais que os colegas mobilizem esforços, o estresse vivido em diferentes situações pode levá-los, inclusive, a abandonar o curso. Sendo assim, as razões pelas quais um estudante com TEA falha ou desiste de um curso estão mais relacionadas com problemas de gestão de estresse do que com uma falta de capacidade intelectual ou compromisso com o curso (SILVA GM, 2019; CÔRTEZ MSM e ALBUQUERQUE AR, 2020).

Para o estudante com o TEA a formação em ensino superior nas universidades traz consigo a ansiedade por cada professor ter métodos diferentes um do outro, por não haver um padrão em relação ao que esperar das aulas e as auto cobranças e expectativas em relação nunca são completamente satisfeitas. No ensino escolar o objetivo da maior parte dos alunos é alcançar notas altas, diferente disso, na faculdade essa não é a única preocupação. É preciso também que o discente escreva artigos, participe de eventos e outras coisas do gênero, o que pode ser bem exaustivo para o portador do espectro por apresentar dificuldade de interação social (SILVA MFA, et al., 2022; OLIVEIRA AFTM e ABREU TF, 2019).

O TEA vem aumentando sua incidência e sendo cada vez mais recorrente nas universidades. Aliado a isso, existe o fato de que poucos estudos estão sendo realizados sobre o assunto, sendo a maior parte deles referentes a aspectos clínicos, avaliações e relações familiares. A literatura sobre autismo na educação é escassa e bastante limitada à infância, deixando de lado a educação de indivíduos com o transtorno na idade adulta. Tem sido um desafio para os gestores das universidades, para os docentes, para os coordenadores dos núcleos de acessibilidade quando existentes, bem como para os demais integrantes da comunidade acadêmica (OLIVEIRA AFTM e ABREU TF, 2019).

A formação de professores deve ser contextualizada com a necessidade de inclusão, o professor precisa conhecer seus alunos para poder lidar com suas especificidades. O docente precisa planejar estratégias e flexibilizações, além de considerar a individualidade de seus alunos, tenham eles autismo ou não. O aluno também precisa ter espaço para diálogo com o professor e com os demais alunos para que possam conhecê-lo e, aprender, uns com os outros. Sendo assim, nota-se que existe a necessidade de um olhar inclusivo por parte do docente, para que a construção de um recurso atenda o maior número de alunos possíveis na sala de aula, sem distinção entre eles (FAM AEO, et al., 2021).

Nenhum indivíduo deve ser excluído dos espaços educacionais em decorrência de suas diferenças e/ou deficiências. A inclusão em educação significa direcionar o olhar para a compreensão da diversidade e respeitar as diferenças. Nessa perspectiva, em janeiro de 2016 foi vigorada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que garante a autonomia e afirmou a capacidade dos cidadãos portadores do TEA para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas (GADELHA HS, et al., 2022).

É sabido que o TEA não é considerado uma deficiência, e sim um transtorno, no entanto, de acordo com o § 2º do artigo 1º da Lei 12.764 de 2012 que trata dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista: “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. No que tange o contexto do ensino superior, para promoção da participação das pessoas com TEA, é imprescindível que o ambiente acadêmico também realize as adequações necessárias para estas pessoas. Ainda precisa-se pôr em prática muitas leis para garantir que realmente a inclusão aconteça. São várias as barreiras encontradas no Ensino Superior para o atendimento às especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais como a falta de ampliação do tempo curricular, adaptações curriculares em conteúdos e avaliações conforme a especificidade do aluno, sem prejuízo de sua formação (REMEDIO JÁ e ALVES ALR, 2021).

No que diz respeito percepção dos discentes sobre a inclusão de alunos com TEA, percebe-se que o importante não é padronizar procedimentos, mas compreendê-los a partir de uma relação dialógica. Os autistas querem que os escutem, que reconheçam que são seres inteligentes e não que se contentem em estudar o seu comportamento. Eles querem poder evidenciar que não há ninguém melhor que eles para falar do seu funcionamento (COSTA WCP, et al., 2022; FEIFER GP, et al., 2020; OLIVEIRA EM, et al., 2019).

Comparado ao início do ensino superior na Europa, no Brasil o ensino nas universidades teve sua origem tardia. Somente no início do século XIX, em 1808, com o advento da transferência da corte portuguesa para a colônia criaram-se as primeiras Instituição de Ensino Superior (IES) no Brasil com o objetivo de fornecer profissionais que desempenhassem funções necessárias para corte. Portanto, não somente para as pessoas com autismo e/ou deficiência, o acesso ao ensino superior no Brasil era bastante limitado e restringido nesse período para a maior parte da população brasileira da época (SILVA FM e LAPEDRA ATF, 2021; GADELHA HS, et al., 2022).

Dados do Censo da Educação Superior de 2016 apresentam que 0,45% do total de 8 milhões de matrículas no ensino superior são de alunos com deficiência. Esse dado acaba por contemplar também as pessoas com espectro autista matriculadas nas universidades. É possível observar um acesso ainda restrito de alunos com autismo nesses ambientes mesmo em um cenário em que o acesso a IES está em processo de universalização (ARTES A e UNBEHAUM S, 2021).

Para o ingresso no ensino superior os alunos precisam realizar testes para adentrar as universidades, assim, o processo de inclusão do aluno com autismo deve começar desde o processo seletivo. Em que tenha disponível recursos de acessibilidade, provas em formato acessível, maior tempo de prova, adequar a forma de avaliação e correção das provas, levando em consideração a singularidade linguística da pessoa com autismo (COSTA WCP, et al., 2022; GADELHA HS, et al., 2022).

Assim, quando o objetivo é trazer inclusão para os alunos nas IES, algumas medidas devem ser adotadas no meio acadêmico, sendo a primeira delas é a adaptação do espaço físico para os alunos autistas. Além de

recursos pedagógicos como equipamentos, livros, materiais que sejam adaptados para as pessoas com autismo, principalmente para aqueles que tem maior dificuldade de obter informações com os materiais tradicionais. Mas, apenas a infraestrutura das salas e materiais disponíveis para estudos são o suficiente para trazer inclusão para esses alunos (OLIVEIRA AFTM e ABREU TF, 2019; MAIA J, et al., 2020).

Além disso, no ensino superior é muito comum os alunos terem uma rotina diferente todos os dias, as vezes vão para a aula e chegando lá não vai ter mais a aula, ou remarca alguma aula para em cima da hora. Além de atividades extracurriculares que são exigidas pela maioria das instituições de ensino superior do Brasil. Com isso, muitas dessas atividades tornam-se um transtorno e um obstáculo para os alunos com TEA, já que os menos gostam de seguir rotinas e quando isso não acontece ficam mais ansiosos e perdidos. Isso se ocorre muitas vezes pela falta de padrão metodológico das universidades, em que cada professor também acaba apresentando uma metodologia de ensino e estudo diferente. Com isso, as instituições devem alinhar as metodologias aplicadas aos alunos, para que os mesmos consigam seguir uma rotina, já que isso é tão importante para o autista (BARBOSA FA e SOUZA IRCS, 2019; PINTO RZ, et al., 2022).

Ademais, muitos profissionais tem dificuldades para lecionar para alunos com TEA, já que a maioria desconhece o transtorno e a primeira vez que tem o contato já é dentro da sala de aula. A maioria dos professores das instituições de ensino superior relatam que é desafiador lidar com os alunos com autismo, já que muitos apresentam comportamentos e estereótipos. Com isso, percebe-se a necessidade de implementar a formação pedagógica desses profissionais que iram ter contato com alunos com autismo. Com o objetivo de levar em consideração as dificuldades e necessidades apresentadas pelos alunos, mas sem colocar de lado o rigor acadêmico e a importância de abrir mais espaço para pessoas com autismo no ensino superior para a formação de mais profissionais qualificados (SILVA LB, et al., 2021; COSTA WCP, et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão evidenciou-se que o processo de inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista nas instituições de ensino superior sofre influência direta das ações dos docentes, que é o profissional basilar no processo de ensino, e da instituição em que o portador do espectro autista está cursando. Afinal o transtorno tem relação com o meio no qual o indivíduo está inserido favorecendo ou não a participação do aluno com autismo. Ademais, percebe-se que ainda existe a insuficiência de flexibilizações no método avaliativo e nas práticas cotidianas que exercem papel fundamental na decisão de permanência na universidade e na formação profissional.

REFERÊNCIAS

1. AGUILAR CPC e RAULI PF. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. *Revista Educação Especial*, 2020; 33: 1-26.
2. ARAÚJO LMM, et al. A história de vida de uma criança com Transtorno do Espectro Autista: diagnóstico, escolarização e processos de inclusão. *Conjecturas*, 2022; 22(8): 1077-1091.
3. ARTES A e UNBEHAUM S. As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira. *Educação e Pesquisa*, 2021; 47(4).
4. BEZERRA MF, PANTONI RP. Formação docente para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio Integrado. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, 2022; 8: e182622.
5. BARQUERO DD. El Trastorno del Espectro Autista (TEA) y el uso de las Tecnologías de la información y comunicación (TIC). *International Journal of New Education*, 2019; 2(2).
6. BARBOSA FA e SOUZA IRCS. Educação especial no município de Naviraí-MS: história, desdobramentos e desafios para a inclusão escolar. *Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 2019; 21(2): 314-333.
7. CUMIM J e MÄDER BJ. Espaço que a criança e adolescente com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista ocupa na rede de atenção psicossocial: revisão integrativa da literatura. *Psicologia Revista*, 2020; 29(2): 404-421.
8. CÔRTEZ MSM e ALBUQUERQUE AR. Contribuições para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista: de Kanner ao DSM-V. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 2020; 3(7): 864-880.
9. COSTA WCP, et al. O Transtorno de Espectro Autista e a Educação Inclusiva sob a perspectiva de docentes em duas escolas de Belém no estado do Pará. *Research, Society and Development*, 2022; 11(10): 518111033275-518111033275.

10. FREITAS ACBU, et al. Transtorno do espectro autista: caminhos para o diagnóstico. *Caderno Discente*, 2022; 7(1): 12-18.
11. FAM AEO, et al. O brincar no espaço escolar como estratégia de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Research, Society and Development*, 2021; 10(6): 49010615912-49010615912.
12. FEIFER GP, et al. Cuidados de enfermagem a pessoa com transtorno do espectro autista: revisão de literatura. *Revista uningá*, 2020; 57(3): 60-70.
13. GOMES G e MATESCO E. Um estudo sobre a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista na aula de matemática. *Revista de Educação Matemática*, 2018; 15(20): 503-522.
14. GADELHA HS, et al. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: modificações no código civil e conquistas sociais. *Research, Society and Development*, 2022; 11(2): 35011225444-350112254404.
15. LAZZARINI FS e ELIAS NC. História Social e Autismo: uma Revisão de Literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2022; 28(4).
16. MORETT FA e HÜBNER MMC. O estresse e a máquina de moer alunos do ensino superior: vamos repensar nossa política educacional? *Revista Psicopedagogia*, 2017; 34(105): 258-267.
17. MARTÍNEZ MM, et al. Resiliencia materna: recuperación de una historia de resistencia ante el diagnóstico del Trastorno del Espectro Autista (TEA). *Dilemas contemporáneos: educación, política y valores*, 2020; 8(5).
18. MAIA J, et al. Alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: relatos de professores de educação física. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, 2020; 21(1).
19. OLIVEIRA FL. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. *Revista Educação Pública*, 2020; 20(34).
20. OLIVEIRA AFTM e ABREU TF. A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG). *Revista Diálogos e Perspectivas em educação especial*, 2019; 6(2): 59-76.
21. OLIVEIRA EM, et al. O impacto da psicomotricidade no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista: revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2019; 34: e1369.
22. PINTO RZ, et al. Suporte educacional à inclusão de estudante com transtorno do espectro autista: atendimento educacional especializado na visão dos docentes. *Educação: Teoria e Prática*, 2022; 32(25): 27-27.
23. RAMOS PCS e FERREIRA MLS. Autismo, escola e inclusão: uma experiência exitosa em Jabotão dos Guararapes. *Revista Semana Pedagógica*, 2019; 1(1).
24. REMEDIO JÁ e ALVES ALR. Direito à educação da pessoa com transtorno do espectro autista: obstáculos à sua efetivação. *Espaço Jurídico Journal of Law*, 2021; 8: 1-28
25. SANTOS SO. Narrativas sobre os desafios de mães com filhos autistas. *Revista Velho Chico*, 2021; 1(2): 26-41.
26. SILVA TC, et al. Assistência de enfermagem à crianças com transtorno do espectro autista. *Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza*, 2021; 1(3).
27. SILVA GM. A inclusão de autista nas salas de aulas normais: desafios e possíveis maneiras de vencê-los. *Revista Caparaó*, 2019; 1(1): 6-6.
28. SILVA MFA, et al. Meditações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar. *Research, Society and Development*, 2022; 11(1): 36011124835-36011124835.
29. SILVA FM e LAPEDRA ATF. A expansão de casos de ensino no brasil: uma análise bibliométrica de periódicos e eventos científicos entre os anos de 2007-2018. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 2021; 12(1).
30. SILVA LB, et al. Transtorno do Espectro Autista na Educação Superior: perspectivas e desafios evidenciados por docentes universitários no processo de ensino-aprendizagem. *Conhecimento & Diversidade*, 2021; 13(30): 171-191.
31. VIANA ACV, et al. Autismo. *Saúde Dinâmica*, 2020; 2(3): 1-18.